Despacho n.º 8958/2014

1. Considerando a proposta da Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto III – Maia/Valongo e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., autorizo o exercício de funções médicas pela aposentada Maria Manuela Cartageno Ribeiro da Cruz, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 4 e seguintes do artigo 6.º.

2. O presente despacho produz efeitos a 01 de maio de 2014.

4 de julho de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207940288

Despacho n.º 8959/2014

1. Considerando a proposta do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Cova da Beira, E.P.E. e o parecer favorável do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., autorizo o exercício de funções médicas pelo aposentado Carlos Manuel Moura Martins Leitão, nos termos e para os efeitos do estatuído no Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, em particular, nos artigos 4.º, 5.º e nos números 1, 2 e 3 do artigo 6.º

2. O presente despacho produz efeitos a 01 de março de 2014.

4 de julho de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207940028

Despacho n.º 8960/2014

No Despacho n.º 5438/2000, de 1 de fevereiro, publicado no Diário da República, II Série, de 9 de março de 2000, foram nomeados no âmbito da Comissão de Verificação Técnica na área de análises clínicas / patologia clínica a funcionar junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, a Licenciada Maria Esmeraldina de Moura Ramos Ribeiro Correia Júnior, como representante do Ministério da Saúde, assumindo as funções de Presidente da Comissão, a Licenciada Nazaré Cruz Morais Roseiro Boavida, em representação da Ordem dos Médicos e a Licenciada Ilda Maria Perestrello Ramos Carvalho da Silva, em representação da Ordem dos Farmacêuticos.

Entretanto, através do Despacho n.º 891/2011, de 29 de novembro, publicado no Diário da República, II Série, de 17 de janeiro de 2001, foi aprovado o Regulamento das Comissões de Verificação Técnica que, nos termos do n.º 2 do seu artigo 3.º, permite que quando as ações a desenvolver o justifiquem as Comissões de Verificação Técnica podem solicitar ou constituir equipas para a realização de vistorias e de inspeções.

Nesse sentido, tendo em conta que o Decreto-Lei n.º 279/2009, de 6 de outubro, ainda não iniciou a sua produção de efeitos em relação às unidades de análises clínicas / patologia clínica, atento o regime estabelecido no seu artigo 27.º, e face ao pedido da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, de nomeação de novos técnicos, tendo em vista a colaboração a prestar à Comissão de Verificação Técnica da área de análises clínicas / patologia clínica, nomeio, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do referido Regulamento, os Licenciados Fernando Augusto Ferreira Miranda e Carlos Manuel Ribeiro, ambos em representação da Ordem dos Médicos e a Licenciada Maria Matilde Covas Brás, em representação da Ordem dos Farmacêuticos.

4 de julho de 2014. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

207940693

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.**Aviso n.º 8049/2014**

Torna-se público que, por deliberação de 25 de junho de 2014 do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., (ACSS, I. P.), nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua atual redação, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro na sua atual redação, Mário Rui de Carvalho, pertencente à carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 17,00 valores (dezassete valores), na sequência da celebração, com este instituto público, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

27 de junho de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

207941592

Aviso n.º 8050/2014

Torna-se público que, por deliberação de 25 de junho de 2014 do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., (ACSS, I. P.), nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua atual redação, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro na sua atual redação, Maria de Belém Pereira Diogo Medeiros, pertencente à carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 16,60 valores (dezasseis valores e sessenta centésimas), na sequência da celebração, com este instituto público, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

27 de junho de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

207941292

Aviso n.º 8051/2014

Torna-se público que, por deliberação de 25 de junho de 2014 do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., (ACSS, I. P.), nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua atual redação, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro na sua atual redação, Artur Paiva da Cruz, pertencente à carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação final de 16,80 valores (dezasseis valores e oitenta centésimas), na sequência da celebração, com este instituto público, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

27 de junho de 2014. — A Coordenadora da Unidade de Apoio à Gestão, *Celeste Terêncio da Silva*.

207941195

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.**Despacho n.º 8961/2014**

Por despacho de 23 de maio de 2014, da Delegada de Saúde Coordenadora da Unidade de Saúde Pública do Agrupamento de Centros de Saúde do Douro I — Marão e Douro Norte, Dr.ª Maria Cristina Fonseca e Sousa, foi delegada no Dr. Eduardo Carvalho Glória, com a cédula profissional n.º 29205, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 82/2009 de 2 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, a competência para a prática dos atos de passagem de atestados médicos a cidadãos portadores de deficiência que implique acompanhamento por terceira pessoa para poderem exercer o seu direito de voto nas eleições ao Parlamento Europeu no dia 25 de maio de 2014.

2 de julho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

207938085

Despacho n.º 8962/2014

Por despacho de 26 de junho de 2014 do Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., Dr. Ponciano Oliveira, no âmbito de competência subdelegada, foi autorizado o prolongamento do período concedido a equiparação a bolseiro à enfermeira, Maria Cândida Ferreira dos Santos Ribeiro, a exercer funções no Agrupamento de Centros de Saúde do Grande Porto VIII — Espinho/Gaia, para realização da tese no âmbito do mestrado em Direção e Chefia de Enfermagem, promovido pela Escola Superior de Enfermagem do Porto, de 2014-01-01 a 2014-07-31, na modalidade de ausência a tempo parcial, pelo limite máximo de 16 horas semanais.

2 de julho de 2014. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira*.

207938255

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.**Despacho (extrato) n.º 8963/2014****Subdelegação de competências do Diretor Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafes**

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º e dos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade conferida

pela deliberação n.º 1393/2013, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., publicada no *Diário da República* 2.ª série, n.º 126, de 3 de julho de 2013, o diretor executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões, Dr. José Armando Marques Neves, por despacho de 18-06-2014, subdelegou no Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, Dr. Lino José Ministro Esteves e na Responsável da Unidade de Apoio à Gestão, Dra. Isabel Maria Gonçalves Ferreira, as competências para a prática dos seguintes atos:

Movimentar as contas bancárias, quer a débito quer a crédito, incluindo assinatura de cheques, com obrigatoriedade de duas assinaturas, bem assim como outras ordens de pagamento e transferência de fundos necessários à gestão das unidades funcionais que integram o ACES, em execução das decisões proferidas nos processos.

A subdelegação de competências produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013, para os atos praticados pela Responsável da Unidade de Apoio à Gestão, e a partir de 24 de janeiro de 2013, para os atos praticados pelo Presidente do Conselho Clínico e de Saúde, ficando por este meio ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes subdelegados, tenham sido praticados.

30 de junho de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I. P., José Manuel Azenha Tereso.

207938741

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Aviso n.º 8052/2014

Procedimento simplificado de recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente da carreira especial médica, da área de Gastrenterologia

Nos termos dos n.ºs 5 a 7 e 13.º do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e ao abrigo do Despacho n.º 8175-A/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 23 de junho, alterado pela declaração de retificação n.º 673-A/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 01 de julho, faz-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., datada de 02 de julho de 2014 se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento de recrutamento simplificado destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho para a categoria de assistente da carreira especial médica, da área de Gastrenterologia, de acordo com a seguinte distribuição de vagas:

Local de trabalho	Postos de trabalho
Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.	1
<i>Total</i>	1

1 — Requisitos de admissão

Podem candidatar-se ao procedimento simplificado aberto pelo presente aviso os médicos detentores do grau de especialista de Gastrenterologia, que tenham concluído o respetivo internato médico na 1.ª época de 2014, cujo contrato a termo resolutivo incerto se tenha mantido, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009 de 13 de fevereiro.

2 — Prazo de apresentação de candidaturas

O prazo de apresentação das candidaturas é de dez dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

3 — Método de seleção

O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e a classificação obtida em entrevista de seleção a realizar para o efeito, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro.

4 — Caracterização do posto de trabalho

Ao posto de trabalho, identificado no mapa acima, cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional da categoria de assistente estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, e Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto, conjugados com o artigo 7.º-B de ambos os diplomas, aditados pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

5 — Posição Remuneratória

A posição remuneratória de referência será a 1.ª posição da tabela remuneratória dos trabalhadores médicos integrados na carreira especial médica, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro, a que corresponde o nível remuneratório 45 da tabela remuneratória única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

6 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações da instituição mencionada em epígrafe.

7 — Prazo de validade

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso é válido para a ocupação do posto de trabalho acima enunciado, caducando com o seu preenchimento.

8 — Legislação aplicável

O procedimento de recrutamento simplificado aberto pelo presente aviso rege-se pelo disposto nos n.ºs 5 a 7 e 13 do artigo 12.º-A do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de agosto, aplicáveis por remissão do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e Decreto-Lei n.º 177/2009 de 4 de agosto, alterados pelo Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

9 — Horário de trabalho

O período normal de trabalho é de 40 horas semanais.

10 — Formalização das candidaturas

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P., podendo ser entregue diretamente nas suas instalações, sitas no Largo do Paraíso, n.º 1, 7000-864 Évora, no período compreendido entre as 09:00 e 13:00 horas e as 14:00 e 18:00 horas, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, com aviso de receção.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do requerente (nome, estado civil, naturalidade, NIF, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, residência, código postal e telefone);
- Pedido para ser admitido ao concurso;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;
- Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
- Natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;
- Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao procedimento de recrutamento.

10.3 — A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes elementos:

- Documento comprovativo do grau de especialista na área de exercício profissional a que respeita o concurso, com indicação do resultado quantitativo da prova de avaliação final do respetivo internato médico;
- Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Certificado de sanidade para o exercício de funções públicas, passado pela autoridade de saúde da área de residência;
- Certificado do registo criminal;
- Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
- 1 Exemplar do *curriculum vitae*, que embora elaborado em modelo europeu, proceda a uma descrição sucinta das atividades desenvolvidas, num total máximo de 10 páginas, assinado e rubricado pelo interessado, bem como pelo respetivo orientador de formação.

O candidato deverá ainda apresentar o *curriculum vitae* em suporte digital.

10.4 — A apresentação dos documentos referidos nas alíneas b) a d) do ponto anterior pode ser substituída por declaração no requerimento, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que o candidato se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

11 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento de recrutamento simplificado terá a seguinte composição:

Presidente: Isabel Maria Lucas Santos Medeiros, Assistente Graduado/área de gastrenterologia, do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.